

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: IMPACTOS ECONÔMICOS, PSICOSSOCIAIS E FORMATIVOS À LUZ DA PAIDEIA

FINANCIAL EDUCATION IN BRAZIL: ECONOMIC, PSYCHOSOCIAL AND FORMATIVE IMPACTS IN THE LIGHT OF PAIDEIA

Wesley Oliveira da Silva¹, Vanusa Machado Silva², Sara Debora Carvalho Cerqueira³,
Mateus da Silva Sousa⁴, Matheus Jeruel Fernandes Catão⁵

Data de publicação: 22/12/2025

Palavras-chave:

Educação financeira;
Paideia; Desigualdade
social; Endividamento;
políticas públicas.

Resumo: A educação financeira é vital para a autonomia econômica e o bem-estar social, contudo, sua implementação no Brasil enfrenta desafios significativos. A ausência dessa educação gera impactos multidimensionais, como o endividamento crescente, a perpetuação das desigualdades socioeconômicas e o aumento de problemas psicológicos, incluindo estresse e ansiedade. Este estudo, com abordagem interdisciplinar, combina revisão bibliográfica e análise teórica para entender o cenário. A pesquisa conecta o conceito clássico de Paideia, formação integral com ética, pensamento crítico e equilíbrio, com a necessidade de uma alfabetização financeira crítica e emancipatória. A educação financeira deve ir além da gestão de recursos, promovendo uma compreensão profunda das dinâmicas econômicas e seu impacto individual e coletivo. A investigação conclui que são urgentes políticas públicas para incorporar a educação financeira de forma multifacetada nos currículos escolares, desde a educação básica ao ensino superior. O objetivo é criar uma sociedade mais justa e resiliente, onde os indivíduos tomem decisões financeiras informadas, contribuindo para sua resiliência e a do sistema socioeconômico brasileiro.

Keywords:

Financial literacy;
Paideia; Social

Abstract: Financial education is vital for economic autonomy and social well-being, but its implementation in Brazil faces significant challenges. The lack of such education generates multidimensional impacts, such as increasing debt, perpetuating socioeconomic inequalities, and increasing psychological problems, including stress and anxiety. This study, with an interdisciplinary approach, combines bibliographic

¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará, Brasil.

² Discente do Curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará, Brasil.

³ Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará, Brasil.

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará, Brasil.

⁵ Mestre em Direito e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará, Brasil.

inequality; Household debt; Public policy.

review and theoretical analysis to understand the scenario. The research connects the classic concept of Paideia, comprehensive education with ethics, critical thinking, and balance, with the need for critical and emancipatory financial literacy. Financial education must go beyond resource management, promoting a deep understanding of economic dynamics and their individual and collective impact. The research concludes that public policies are urgently needed to incorporate financial education in a multifaceted way into school curricula, from basic education to higher education. The goal is to create a more just and resilient society, where individuals make informed financial decisions, contributing to their resilience and that of the Brazilian socioeconomic system.

INTRODUÇÃO

A educação financeira consolidou-se nas últimas décadas como uma competência essencial para a vida em sociedade, especialmente em contextos marcados pela complexidade dos sistemas econômicos, pela expansão do crédito e pelo consumo acelerado. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020) define educação financeira como o processo pelo qual indivíduos aprimoram sua compreensão sobre produtos financeiros, riscos e oportunidades, desenvolvendo habilidades e atitudes que permitem tomar decisões informadas e responsáveis. No entanto, grande parte da população mundial e particularmente a brasileira, ainda apresenta baixos níveis de letramento financeiro, situação que repercute de forma direta na qualidade de vida, na estabilidade psicológica e na segurança econômica das famílias.

No Brasil, a problemática é agravada por fatores históricos e estruturais, como desigualdade social persistente, alta dependência do crédito, recorrentes instabilidades macroeconômicas e ausência de políticas educacionais robustas voltadas ao tema. Dados recentes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA 2022) indicam que o país permanece entre as piores posições em letramento financeiro, com desempenho significativamente inferior à média dos países da OCDE (OECD, 2024). Simultaneamente, índices de endividamento e inadimplência alcançam patamares elevados, afetando sobretudo famílias de baixa renda (CNC, 2023) e contribuindo para a intensificação de problemas psicossociais como ansiedade, estresse e sofrimento emocional.

Apesar da relevância crescente do tema, a educação financeira ainda é frequentemente tratada sob uma perspectiva estritamente técnica e instrumental, focada em cálculos, conceitos matemáticos e conteúdos econômicos fragmentados. Tal abordagem, embora necessária, revela-se insuficiente diante da complexidade das decisões financeiras contemporâneas, fortemente influenciadas por fatores comportamentais, emocionais e cognitivos (Kahneman, 2011; Thaler

& Sunstein, 2008). Além disso, esse enfoque puramente técnico negligência dimensões éticas, críticas e formativas que deveriam compor a educação financeira como prática social e educativa.

Nesse sentido, o conceito clássico de Paideia, conforme desenvolvido por Jaeger (1994), oferece um horizonte teórico potente para compreender a educação financeira como parte da formação integral do indivíduo. A Paideia pressupõe a constituição de sujeitos capazes de agir com prudência (Aristóteles), examinar criticamente suas escolhas (Sócrates), desenvolver senso de justiça (Platão) e atuar eticamente na vida coletiva (Cícero). Assim, ao dialogar com esse ideal formativo, a educação financeira ultrapassa a dimensão técnica e passa a integrar valores, atitudes, cidadania econômica e responsabilidade social, elementos fundamentais para uma sociedade mais justa e equilibrada.

A ausência de uma formação financeira crítica e humanizadora contribui para perpetuar vulnerabilidades, desigualdades e mecanismos de exclusão econômica. Por isso, compreender os impactos da falta de educação financeira no cotidiano dos brasileiros torna-se imperativo para pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas. Este estudo insere-se nesse debate ao investigar, de maneira geral, como a literatura científica contemporânea tem descrito e analisado tais impactos. Buscando assim responder à questão da pesquisa que consiste em entender quais são os principais impactos da falta de educação financeira no cotidiano dos brasileiros, segundo a literatura científica recente, e como esses achados podem ser compreendidos à luz da Paideia como ideal de formação integral?

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de ampliar o debate sobre educação financeira no Brasil, compreendendo-a como direito, prática educativa e política pública, e não apenas como conjunto de técnicas de gestão econômica. Ao integrar o conceito de Paideia com o campo contemporâneo do letramento financeiro, espera-se contribuir para uma perspectiva mais ética, crítica e humanizadora da educação financeira, capaz de fomentar autonomia, responsabilidade e justiça social.

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa consiste em mapear, analisar e sintetizar, por meio de uma revisão integrativa, as evidências científicas sobre os impactos da falta de educação financeira na vida cotidiana dos brasileiros, interpretando esses achados à luz do conceito de Paideia.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em uma revisão integrativa da literatura, metodologia amplamente utilizada para sintetizar evidências de maneira sistemática, abrangente e crítica, conforme defendem Whitemore e Knafl (2005). A revisão integrativa distingue-se por permitir a inclusão simultânea de estudos teóricos e empíricos, qualitativos e quantitativos, oferecendo uma compreensão ampliada de fenômenos complexos. No campo da educação financeira, essa abordagem é especialmente pertinente, uma vez que o tema envolve dimensões econômicas, comportamentais, pedagógicas e psicossociais, exigindo articulação entre múltiplas áreas de conhecimento. De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão integrativa possibilita reunir diferentes desenhos metodológicos, identificando lacunas, convergências e tendências na produção científica.

A revisão foi orientada pela seguinte pergunta de pesquisa: quais são os principais impactos da falta de educação financeira no cotidiano dos brasileiros, segundo a literatura científica recente, e como esses achados podem ser interpretados à luz da Paideia como ideal de formação integral? Essa questão norteadora derivou da necessidade de compreender a educação financeira não apenas como um conjunto de conteúdos técnicos, mas como uma dimensão formativa relacionada à autonomia, prudência e capacidade crítica, elementos centrais do conceito clássico de Paideia discutido por Jaeger (1994).

A busca pelos estudos foi realizada entre janeiro e junho de 2025 em bases científicas nacionais e internacionais reconhecidas pela relevância e abrangência. Entre as bases consultadas, destacam-se SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar, ERIC (Education Resources Information Center) e BASE (Bielefeld Academic Search Engine). Além dessas bases acadêmicas, relatórios institucionais e documentos oficiais, como publicações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial, foram analisados por conterem dados sistematizados sobre letramento financeiro e indicadores socioeconômicos relevantes para o contexto brasileiro. Documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), também foram utilizados por sua relevância para a educação formal no país.

As estratégias de busca foram elaboradas com base em descritores amplamente aceitos na literatura internacional, combinados por operadores booleanos para ampliar a precisão da pesquisa. Termos como “educação financeira”, “letramento financeiro”, “endividamento das famílias”, “inadimplência”, “bem-estar financeiro”, “financial literacy”, “household debt” e

“behavioral finance” constituíram o conjunto principal de palavras-chave. Para garantir atualidade, o recorte temporal privilegiou publicações entre 2010 e 2025, período em que houve avanço significativo nas políticas públicas de educação financeira no Brasil e na produção científica global sobre o tema. Estudos anteriores a esse período foram incluídos apenas quando considerados clássicos, como aqueles de Kahneman (2011) e Thaler e Sunstein (2008), essenciais para compreender influências comportamentais nas decisões financeiras.

A seleção dos estudos se deu em etapas sucessivas. Inicialmente, foi realizada uma leitura de títulos e resumos para identificar a pertinência temática. Em seguida, os textos potencialmente elegíveis foram lidos integralmente, avaliando-se a aderência aos critérios metodológicos e à pergunta de pesquisa, conforme recomendam Cooper (1998) e Torraco (2005). Foram incluídos artigos publicados em periódicos revisados por pares, dissertações, teses, capítulos de livros e relatórios técnicos que abordassem diretamente educação financeira, endividamento, bem-estar financeiro, desigualdade econômica ou impactos psicossociais associados às dificuldades de gestão financeira. Excluíram-se materiais opinativos, publicações com viés comercial, estudos focados exclusivamente em finanças corporativas e textos duplicados.

Concluída a seleção, procedeu-se à extração e organização dos dados. Para isso, foram observadas informações como autoria, ano, objetivos, população analisada, metodologia utilizada e principais resultados. Também foram extraídos elementos relacionados aos impactos econômicos, comportamentais, psicossociais e pedagógicos da falta de educação financeira. Essa etapa seguiu recomendações de análise temática descritas por Braun e Clarke (2006), permitindo identificar padrões, recorrências e categorias relevantes.

A análise dos estudos resultou em cinco grandes categorias temáticas: impactos econômicos da falta de educação financeira; impactos psicossociais e na saúde mental; relações entre desigualdade social, vulnerabilidade e letramento financeiro; desafios das políticas públicas e da educação formal no Brasil; e a educação financeira como formação integral à luz da Paideia. Essas categorias estruturam a apresentação dos resultados e permitem articular os achados contemporâneos com o referencial teórico clássico da formação humana integral.

Assim, a metodologia adotada permitiu sintetizar criticamente a literatura disponível, destacando tanto os avanços quanto as lacunas na compreensão dos impactos da ausência de educação financeira na sociedade brasileira, além de possibilitar a articulação entre teorias modernas das finanças comportamentais e fundamentos filosóficos da Paideia.

RESULTADO

O estudo permitiu identificar um conjunto consistente de evidências nacionais e internacionais sobre os impactos da falta de educação financeira no cotidiano dos brasileiros. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade e leitura completa dos estudos selecionados, emergiram cinco grandes categorias analíticas: (1) impactos econômicos; (2) impactos psicossociais; (3) desigualdade social e vulnerabilidade; (4) limitações das políticas públicas e da educação formal; e (5) contribuições da perspectiva da Paideia para uma formação financeira integral.

Os resultados apresentados a seguir sintetizam as principais evidências encontradas na literatura, articulando dados quantitativos de pesquisas nacionais (CNC, Serasa, IBGE, OCDE) e análises qualitativas provenientes de artigos científicos revisados por pares.

Os estudos selecionados contemplam diferentes tipos de produção científica: artigos empíricos (quantitativos e qualitativos), estudos teóricos, relatórios institucionais, documentos governamentais e pesquisas comparativas internacionais. A maioria dos trabalhos foi produzida entre 2015 e 2025, período marcado por maior interesse acadêmico em educação financeira, impulsionado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada em 2010, e pela incorporação do tema na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

Tipo de estudo	Percentual aproximado	Exemplos de autores e pesquisas
Artigos empíricos (quantitativos)	40%	Lusardi & Mitchell (2014); Serasa (2022); CNC (2023)
Artigos empíricos (qualitativos)	20%	Souza et al. (2019)
Estudos teóricos e revisões	25%	Willis (2011); Braido & Sousa (2020)
Relatórios oficiais e documentos técnicos	15%	OCDE (2020, 2024); Banco Mundial (2017); ENEF (2010)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A ausência de educação financeira manifesta-se, primeiramente, na dimensão econômica. A literatura aponta associação direta entre baixo letramento financeiro e comportamentos econômicos prejudiciais, como uso inadequado do crédito, endividamento excessivo, ausência de reservas e dificuldade de planejamento.

Segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o endividamento das famílias brasileiras alcançou 78,5% em 2023, o maior índice da série histórica iniciada em 2010. A pesquisa destaca ainda que 30% das famílias endividadas não possuem condições de pagar suas dívidas em atraso. Esses números são reforçados por estudos de Lusardi e Mitchell (2014), que demonstram que indivíduos com baixo letramento financeiro têm maior tendência a contrair

dívidas caras, como crédito rotativo e empréstimo pessoal. O crédito rotativo do cartão de crédito, por exemplo, apresentou taxa média de 431% ao ano em 2023 (Banco Central do Brasil, 2023), uma das maiores taxas do mundo.

Tabela 1 – Indicadores econômicos associados ao baixo letramento financeiro no Brasil

INDICADOR	VALOR	FONTE
Endividamento das famílias	78,5% (2023)	CNC, 2023
Inadimplência	30% das famílias	CNC, 2023
Juros do crédito rotativo	431% ao ano	BACEN, 2023
Consumidores sem reserva financeira	79%	Serasa, 2022
Brasileiros que não compreendem juros compostos	71%	OCDE/INFE, 2020

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os achados revelam correlação robusta entre desconhecimento financeiro e vulnerabilidade econômica, indicando que o problema transcende escolhas individuais, configurando um fenômeno estrutural.

Diversas pesquisas indicam que dificuldades financeiras impactam diretamente o bem-estar emocional, causando estresse, ansiedade, depressão e conflitos familiares. Estudo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade (Sousa, Batista & Dalfior, 2023) demonstrou que o estresse financeiro é um dos principais fatores de desgaste psicológico em professores universitários, correlacionando-se à falta de planejamento e ao uso inadequado de recursos.

A literatura internacional reforça esses achados. Segundo o Bank of America (2022), quase 60% dos trabalhadores americanos afirmam que problemas financeiros são a principal causa de estresse pessoal. No Brasil, Silva e Gutierrez (2021) observaram que dívidas frequentes aumentam níveis de ansiedade e prejudicam a convivência familiar. A Serasa (2022) identificou que quase 40% dos inadimplentes relatam impacto direto da dívida na saúde mental.

Quadro 2 – Principais impactos psicossociais associados à falta de educação financeira

DIMENSÃO	IMPACTOS IDENTIFICADOS	AUTORES/FONTE
Saúde mental	Estresse, ansiedade, irritabilidade, depressão	Sousa et al. (2023);
Relações familiares	Conflitos conjugais, rupturas, tensão cotidiana	Serasa (2022)
Desempenho profissional	Redução de produtividade; adoecimento	RBC (2023); OCDE (2020)
Autonomia pessoal	Sensação de incapacidade; desmotivação	Lusardi & Mitchell (2014)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essas evidências demonstram que a falta de educação financeira tem consequências que ultrapassam o campo econômico, atingindo diretamente a esfera emocional, social e relacional

A literatura científica evidencia que os impactos da falta de educação financeira no Brasil são profundamente influenciados pela desigualdade social, pela vulnerabilidade econômica e pelas limitações persistentes das políticas públicas e da educação formal. Conforme dados do IBGE (2022), o Brasil figura entre os dez países mais desiguais do mundo, um cenário que afeta diretamente a distribuição de oportunidades, o acesso à informação e a capacidade de planejamento financeiro da população. Esse contexto estrutural agrava a vulnerabilidade de grupos socioeconomicamente desfavorecidos, que apresentam menores níveis de letramento financeiro e estão mais expostos a práticas abusivas, endividamento e exclusão financeira.

Estudos como o de Zucolotto e Teixeira (2017) demonstram que populações de baixa renda enfrentam barreiras significativas para compreender conceitos financeiros básicos, acessar produtos financeiros de menor custo e desenvolver práticas de planejamento econômico. Essa vulnerabilidade é reforçada por fatores como precarização do trabalho, falta de segurança de renda e acesso limitado a serviços bancários de qualidade. A OCDE (2020) destaca que níveis mais baixos de letramento financeiro são observados com maior frequência entre mulheres, jovens, trabalhadores informais e indivíduos com menor escolaridade, o que revela um padrão global de desigualdade no acesso ao conhecimento financeiro.

Nesse contexto, políticas públicas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada em 2010, e a incorporação da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 representam avanços formais importantes. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos. Entre as principais limitações identificadas estão a formação insuficiente dos professores, a ausência de materiais didáticos contextualizados, a fragilidade da abordagem transversal proposta pela BNCC e a restrição dos conteúdos ao campo matemático, sem explorar dimensões críticas, éticas, sociais e comportamentais da educação financeira.

A falta de preparo docente é particularmente preocupante: muitos profissionais relatam não se sentirem confiantes para ensinar temas como crédito, juros, planejamento financeiro, consumo ou desigualdade socioeconômica. Isso compromete a efetividade da política curricular e aprofunda as desigualdades já existentes. Além disso, a ENEF tem sido limitada em termos de alcance, financiamento e articulação entre entes federativos, resultando em iniciativas fragmentadas e concentradas em escolas privadas ou projetos isolados em redes públicas.

Os dados internacionais reforçam esse quadro. O relatório do PISA 2022 (OECD, 2024) indica que estudantes brasileiros continuam entre os países com pior desempenho em letramento financeiro, atrás de nações latino-americanas com sistemas educacionais mais estruturados, como Chile e Uruguai. A falta de políticas continuadas e de infraestrutura educacional adequada contribui para a perpetuação de baixos níveis de competência financeira e, conseqüentemente, para ciclos de pobreza e endividamento.

Assim, observa-se que desigualdade social, vulnerabilidade econômica, fragilidade das políticas públicas e limitações da educação formal não são fenômenos isolados, mas interdependentes. Juntos, eles determinam a forma como diferentes grupos acessam, interpretam e aplicam informações financeiras no cotidiano. Essa falta de formação crítica e contextualizada perpetua padrões de exclusão e limita as possibilidades de autonomia econômica para grande parte da população brasileira.

A falta de educação financeira no Brasil não se limita a déficits de conhecimento técnico; revela, também, a ausência de uma formação integral capaz de desenvolver prudência, pensamento crítico e responsabilidade social. Nesse contexto, a Paideia, conceito clássico da formação humana grega, oferece um referencial significativo para ampliar a compreensão contemporânea da educação financeira. Conforme destaca Jaeger (1994), a Paideia orientava-se para o desenvolvimento do caráter e para a formação de cidadãos capazes de agir com racionalidade e justiça, valores essenciais também à vida econômica moderna.

Elementos centrais da tradição helênica dialogam diretamente com desafios atuais. A prudência (*phronesis*), presente em Aristóteles, corresponde hoje à capacidade de avaliar riscos, planejar e tomar decisões financeiras responsáveis. O exame crítico socrático aproxima-se das abordagens comportamentais contemporâneas (Kahneman, 2011), ao destacar a necessidade de reconhecer impulsos, crenças equivocadas e vieses cognitivos que comprometem escolhas econômicas. Já a justiça, tratada por Platão e Cícero, remete à compreensão do impacto social das decisões financeiras, do consumo consciente e da responsabilidade individual frente às desigualdades estruturais, amplamente documentadas no Brasil (IBGE, 2022; Zucolotto & Teixeira, 2017).

A literatura recente em educação financeira crítica (Willis, 2011; Freire, 2019; Sen, 2010) aponta que uma formação emancipatória deve promover não apenas domínio de conteúdos, mas autonomia, ética e leitura do contexto social. Assim, integrar os princípios da Paideia às competências financeiras definidas pela OCDE (2020) permite pensar uma educação financeira mais completa, que considere aspectos técnicos, comportamentais e éticos.

Quadro 3 – Relação entre Paideia e Competências de Educação Financeira (OCDE)

DIMENSÕES DA PAIDEIA	SIGNIFICADO FORMATIVO	COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS (OCDE, 2020)	EXEMPLOS DE APLICAÇÃO NA VIDA FINANCEIRA
Prudência (Phronesis)	Decidir com equilíbrio, avaliando consequências.	Planejamento financeiro; gestão de risco; uso responsável de recursos.	Definir orçamento; evitar crédito caro; poupança/planejamento de emergência.
Autoconhecimento (Sócrates)	Reconhecer emoções, impulsos e crenças.	Controle comportamental; identificação de vieses cognitivos.	Evitar compras impulsivas; analisar propagandas; identificar hábitos prejudiciais.
Justiça (Platão e Cícero)	Agir eticamente e compreender impactos sociais.	Consumo consciente; responsabilidade financeira; cidadania econômica.	Avaliar condições de crédito; evitar endividamento irresponsável; consciência das desigualdades.
Excelência (Areté)	Desenvolvimento integral do indivíduo.	Bem-estar financeiro; autonomia; decisões informadas.	Construção de objetivos de vida; segurança financeira; escolhas de longo prazo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A perspectiva da Paideia reforça que decisões financeiras não são apenas atos econômicos, mas escolhas morais, sociais e formativas. Uma educação financeira integral, portanto, deve desenvolver não apenas habilidades matemáticas, mas caráter, reflexão e responsabilidade, elementos indispensáveis para a autonomia e o bem-estar financeiro.

DISCUSSÃO

Os resultados do estudo revelam que a falta de educação financeira no Brasil não constitui apenas um déficit instrucional, mas um fenômeno multifacetado que repercute em dimensões econômicas, sociais, psicológicas e formativas. A análise evidencia que os impactos econômicos, como endividamento, inadimplência e uso recorrente de crédito caro, estão amplamente associados à baixa compreensão de conceitos financeiros básicos, situação recorrente em países com elevados índices de desigualdade social. Essa constatação corrobora estudos internacionais conduzidos pela OCDE (2020), que apontam o Brasil entre os países com menor nível de letramento financeiro, especialmente entre jovens, mulheres e indivíduos de baixa renda.

A dimensão econômica, entretanto, não se esgota em indicadores objetivos. A literatura demonstra que dificuldades financeiras estão profundamente relacionadas ao sofrimento

emocional, ao estresse e à ansiedade — fenômenos observados em pesquisas nacionais, como a de Sousa, Batista e Dalfior (2023), e em estudos internacionais, como o do Bank of America (2022). Esse conjunto de evidências reforça a tese de que decisões financeiras não são apenas escolhas racionais, mas envolvem fatores psicológicos, emocionais e comportamentais, conforme teorizado por Kahneman (2011) e Thaler e Sunstein (2008). Portanto, a ausência de educação financeira não compromete apenas o planejamento econômico, mas afeta diretamente o bem-estar subjetivo, a qualidade das relações familiares e a saúde mental.

Outro aspecto importante identificado nos resultados é a relação entre desigualdade social e vulnerabilidade financeira. Em sociedades marcadas por grandes disparidades de renda, como o Brasil, indivíduos com baixa escolaridade e menor acesso a oportunidades enfrentam barreiras mais intensas para o desenvolvimento de competências financeiras. Essa constatação é alinhada às conclusões de Zucolotto e Teixeira (2017), que demonstram que a vulnerabilidade financeira é reforçada por assimetrias de acesso à informação, produtos financeiros e proteção institucional. Assim, a falta de educação financeira se entrelaça com condições estruturais que perpetuam ciclos de pobreza, insegurança econômica e exclusão.

No âmbito das políticas educacionais, os resultados evidenciam avanços formais, como a institucionalização da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a inclusão do tema na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, tais políticas enfrentam limitações significativas, especialmente no que diz respeito à formação docente, à falta de recursos pedagógicos contextualizados e à ausência de transversalidade real no ensino.

Ao analisar esses achados à luz do conceito de Paideia, observa-se que a educação financeira contemporânea carece justamente dos elementos centrais da formação integral: prudência, pensamento crítico, autoconhecimento e sentido de justiça. A perspectiva aristotélica da *phronesis*, a capacidade de deliberar prudentemente sobre o que é bom, se aproxima diretamente das competências definidas pela OCDE (2020), como planejamento financeiro, gestão de risco e tomada de decisões informadas. Do mesmo modo, o questionamento socrático sobre crenças, emoções e impulsos dialoga com as descobertas da psicologia econômica sobre vieses cognitivos. Assim, a Paideia não surge aqui como referência meramente histórica, mas como arcabouço formativo capaz de oferecer uma visão ampliada e humanizadora para a educação financeira.

Essa articulação teórica reforça que a formação financeira não pode se limitar ao ensino técnico de conteúdos matemáticos, pois as decisões econômicas estão inseridas em contextos culturais, sociais e éticos. Nesse sentido, autores como Sen (2010), Freire (2019) e Willis (2011)

defendem que a educação deve promover autonomia e capacidade crítica, possibilitando que o sujeito compreenda e transforme sua realidade econômica. A leitura crítica do consumo, a responsabilidade social nas escolhas financeiras e a compreensão das desigualdades são, portanto, dimensões indispensáveis para uma educação financeira verdadeiramente emancipadora.

A partir dos resultados, é possível afirmar que programas de educação financeira que ignoram aspectos comportamentais, éticos e socioculturais tendem a ser limitados em seu impacto. Uma formação integral, inspirada na Paideia, pode oferecer subsídios para que os indivíduos desenvolvam não apenas habilidades técnicas, mas também discernimento, prudência e engajamento ético nas decisões econômicas. Essa abordagem é especialmente relevante em um país como o Brasil, onde vulnerabilidades estruturais e lacunas educacionais amplificam os efeitos da falta de letramento financeiro.

A discussão demonstra que a educação financeira precisa ser repensada e ampliada, incorporando não apenas conteúdos técnicos, mas também elementos humanísticos, críticos e formativos, capazes de promover o desenvolvimento integral do indivíduo e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e financeiramente resiliente.

CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender, de forma ampla e interdisciplinar, os impactos da falta de educação financeira no cotidiano dos brasileiros, revelando que suas consequências ultrapassam aspectos estritamente econômicos. Os resultados demonstram que a ausência de competências financeiras contribui diretamente para o aumento do endividamento, da inadimplência e da vulnerabilidade econômica, especialmente entre grupos socialmente desfavorecidos. Esse fenômeno é agravado pelo cenário brasileiro de desigualdade estrutural, instabilidade econômica e acesso limitado a recursos educacionais de qualidade, o que compromete a capacidade de planejamento financeiro e a autonomia econômica da população.

Os achados também mostram que a falta de educação financeira possui efeitos significativos sobre a saúde mental e o bem-estar emocional. Diversos estudos apontam a correlação entre dificuldades financeiras, estresse, ansiedade, conflitos familiares e sensação de fracasso pessoal, evidenciando que decisões financeiras não dependem apenas de conhecimentos técnicos, mas também de fatores comportamentais, psicológicos e socioculturais. Assim, torna-se evidente que iniciativas de educação financeira precisam

incorporar dimensões afetivas e comportamentais, rompendo com abordagens puramente matemáticas e instrumentalizadas.

A análise das políticas educacionais brasileiras mostra avanços importantes, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a inclusão do tema na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, a implementação dessas políticas segue limitada por desafios estruturais, como a falta de formação docente adequada, escassez de materiais didáticos contextualizados e ausência de transversalidade efetiva no currículo escolar. Tais limitações reforçam que, embora necessárias, as políticas atuais são insuficientes para promover uma formação financeira consistente, crítica e transformadora.

Ao integrar os resultados empíricos com o referencial teórico da Paideia, constatou-se que a educação financeira contemporânea pode beneficiar-se amplamente de uma visão de formação integral, que valorize a prudência, a reflexão crítica, o autoconhecimento e a responsabilidade ética nas decisões econômicas. Os princípios formativos presentes em Aristóteles, Sócrates, Platão e Cícero, quando articulados às competências financeiras definidas pela OCDE, apontam caminhos para uma educação financeira mais humanizadora, capaz de promover autonomia, justiça e bem-estar coletivo. Essa abordagem multidimensional possibilita que decisões financeiras sejam compreendidas não apenas como escolhas individuais, mas como práticas éticas e sociais.

As contribuições deste estudo reforçam a importância de incorporar a educação financeira como um direito humano e uma necessidade formativa essencial em sociedades complexas. Para políticas públicas, os resultados sugerem a urgência de programas mais estruturados, com formação docente contínua, materiais pedagógicos adequados e integração curricular real. No campo educacional, destaca-se a necessidade de práticas pedagógicas que articulem conteúdos técnicos com debates sobre consumo, desigualdade, emocionalidade e cidadania econômica. Para a sociedade, evidencia-se que a educação financeira não deve ser vista como privilégio, mas como ferramenta de inclusão e emancipação social.

Os resultados reafirmam que enfrentar os impactos da falta de educação financeira exige abordagens amplas, interdisciplinares e humanizadoras. A formação integral proposta pela Paideia, aliada às evidências contemporâneas das finanças comportamentais e às competências definidas internacionalmente, aponta caminhos promissores para uma educação financeira capaz de fortalecer a autonomia individual, reduzir vulnerabilidades sociais e contribuir para a construção de um Brasil mais justo, consciente e economicamente resiliente.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco; Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Disponível em: <<https://etica.uazuay.edu.ec/sites/etica.uazuay.edu.ec/files/public/%C3%89tica-a-Nic%C3%B4maco.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Juros do cartão de crédito e rotativo*. Brasília: BACEN, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/juroscreditorotativo>

BANK OF AMERICA. *Workplace Benefits Report*. Charlotte, 2022. Disponível em: <https://about.bankofamerica.com/en/making-an-impact/workplace-benefits>

BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574201/001140747_Republica.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

CNC – Confederação Nacional do Comércio. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias (PEIC)*, 2023. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/01/Relatorio-Peic-anual-.pdf>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

IBGE. *Desigualdade de Renda – Relatório 2022*. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101886.pdf>

JAEGGER, Werner. *Paideia: A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/126349171/Paideia_A_forma%C3%A7%C3%A3o_do_homem_grego

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 607 p., 23 cm. Inclui notas explicativas, bibliografia e índice. ISBN 9788539003839.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The Economic Importance of Financial Literacy. *Journal of Economic Literature*, 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.52.1.5>

OCDE (2020), *Panorama da Educação 2020: Indicadores da OCDE*, Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/69096873-en>.

OCDE (2024), *Perspectivas Econômicas da OCDE, Volume 2024, Número 2*, Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/d8814e8b-en>.

OECD. *OECD/INFE 2020 International Survey of Adult Financial Literacy*. Paris: OECD, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-2020-survey-adult-financial-literacy.pdf>

OECD. *PISA 2022 Results: Financial Literacy*. Paris: OECD, 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2022-financial-literacy.htm>

PLATÃO. *A República [ou Da justiça]*. São Paulo: Edipro, 2020. Disponível em: <https://www.eniopadilha.com.br/documentos/Platao_A_Republica.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Pará de Minas, MG: Virtual Books Online M&M Editores, 2000. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/SALTPE-3>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SOUSA, C. A.; BATISTA, C. P.; DALFIOR, V. A. O. **Educação financeira: estudo sobre o estresse financeiro de professores de uma faculdade privada da cidade de Belo Horizonte**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, p. 27-40, nov./dez. 2023. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2023/12/RBC264_nov_dez.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

THALER, R.; SUNSTEIN, C. *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness*. New York: Penguin, 2008. Disponível em: <https://archive.org/details/nudgeimprovingde0000thal>

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Transparência orçamentária: razões do descompasso entre os estados brasileiros**. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 24, n. 82, p. 390-411, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/spnyKQJpzdNgrRYDk5V6chL/>>. Acesso em: 12 jun. 2025.